

LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA: uso ou abuso?

Luiz Roberto Dante*

Introdução

Na ausência de materiais instrucionais em quantidade e qualidade suficientes que orientassem o trabalho do professor na sala de aula, quer em relação aos objetivos fundamentais a serem alcançados pelo processo ensino-aprendizagem de matemática de 1^a a 4^a série, quer em relação aos conteúdos essenciais a serem desenvolvidos e, finalmente, quer em relação às metodologias e às estratégias de ensino a serem utilizadas para alcançar os objetivos traçados, o livro didático passou a ser o principal e, em muitos casos, o único instrumento de apoio ao trabalho docente. Ele é que indicava a amplitude, a seqüência e, até mesmo, o ritmo de desenvolvimento do programa de matemática. Isso tudo, além de sua função básica como um importante instrumento auxiliar de aprendizagem e de ensino na sala de aula.

Atualmente, ações governamentais procuram reverter esse quadro, implantando os parâmetros curriculares nacionais e as propostas curriculares estaduais e municipais, que trazem, além dos conteúdos básicos a serem desenvolvidos, os objetivos e as orientações metodológicas que irão nortear o trabalho do professor

* Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Rio Claro.

na sala de aula. Com isso, espera-se que o livro didático, em lugar de determinar o currículo a ser desenvolvido, ao contrário, seja elaborado e selecionado com base em tais documentos elaborados por especialistas da área.

De qualquer forma, o livro didático, pela sua própria especificidade, continuará tendo uma forte influência no trabalho diário de sala de aula. Daí a necessidade de melhorar a sua qualidade e de orientar os professores de como utilizá-lo adequadamente, pois dependendo da forma como é usado, ele poderá ser um auxiliar inestimável do professor ou se transformar num mestre intolerável.

A importância do livro didático de matemática

O livro didático de matemática, quando bem utilizado, tem um papel fundamental no processo ensino-aprendizagem por várias razões:

—em geral, só a aula do professor não consegue fornecer todos os elementos necessários para a aprendizagem do aluno, uma parte deles como problemas, atividades e exercícios pode ser coberta recorrendo-se ao livro didático;

—o professor tem muitos alunos, afazeres e atividades extra-curriculares que o impedem de planejar e escrever textos, problemas interessantes e questões desafiadoras, sem ajuda do livro didático;

—a matemática é essencialmente seqüencial, um assunto depende do outro, e o livro didático fornece uma ajuda útil para essa abordagem;

—para professores com formação insuficiente em matemática, um livro didático correto e com enfoque adequado pode ajudar a suprir essa deficiência;

—muitas escolas são limitadas em recursos como bibliotecas, materiais pedagógicos, equipamento de duplicação, videos, computadores, de modo que o livro didático constitui o básico, senão o único recurso didático do professor;

—a aprendizagem da matemática depende do domínio de conceitos e habilidades. O aluno pode melhorar esse domínio resolvendo os problemas, executando as atividades e os exercícios sugeridos pelo livro didático;

—o livro didático de matemática é tão necessário quanto um dicionário ou uma enciclopédia, pois ele contém definições, propriedades, tabelas e explicações, cujas referências são frequentemente feitas pelo professor.

Algumas características desejáveis de um livro didático de matemática de 1ª a 4ª série

Para um livro didático de matemática desempenhar sua principal função como instrumento auxiliar do processo ensino-aprendizagem é necessário que ele satisfaça minimamente algumas condições desejáveis arroladas abaixo.

Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996

Temas

O livro didático de matemática deve propiciar um enfoque equilibrado dos temas centrais para este nível de 1ª a 4ª, que são: *números, geometria, medidas, estatística e probabilidade*. É desejável que tais temas sejam trabalhados no livro de modo integrado e não isoladamente. E, quando possível, de modo interdisciplinar, envolvendo outras áreas do conhecimento. É igualmente desejável que esses temas sejam trabalhados no livro ao longo das quatro séries, iniciando com idéias e problemas bem simples sobre eles e, nas séries subseqüentes, que sejam sempre retomados, aprofundados, ampliados e aperfeiçoados.

Dentro desses temas, os textos, problemas, atividades e exercícios abordados no livro didático precisam ter significado para o aluno, ou seja, precisam levar em conta o contexto social para o qual os alunos estão sendo preparados na escola e seu estágio de desenvolvimento cognitivo.

Conceitos corretos

A condição primordial para que um livro de matemática seja considerado bom é que ele esteja matematicamente correto, com níveis de rigor e precisão apropriados à série a que se destina.

Um conceito errado no livro passa para a lousa pelo professor e, em seguida, para a cabeça dos alunos. Mais tarde, torna-se muito

mais difícil reparar essa falha com os alunos. Daí a necessidade de se introduzirem corretamente os conceitos já nas primeiras séries.

Linguagem e linguagem matemática

As narrativas contidas no livro didático de matemática devem ser claras e compreensíveis, colocadas numa linguagem interessante que estimule o pensamento do aluno. As explicações, definições, problemas e questões devem conter somente termos que os estudantes daquela série possam compreender.

A linguagem matemática do livro didático, expressa pelos símbolos matemáticos, deve vir somente após a construção e a exploração intuitiva dos conceitos matemáticos. A linguagem matemática, colocada antes da construção e da exploração do conceito pelo aluno, fica sem sentido para ele e dificulta a compreensão do conceito. Por exemplo, numa 1ª série, escrever na linguagem matemática $2 + 3 = 5$ sem que antes a criança tenha construídas e exploradas as idéias de quantidades dois, três e cinco, a idéia de adição que é a de juntar quantidades e a idéia do igual, que resulta, totaliza, é trabalhar apenas no nível do simbólico, o que, nesta fase, ainda não tem significado para a criança e, portanto, não a atinge.

Os símbolos matemáticos são representações de idéias ou conceitos matemáticos e, obviamente, devem vir depois que o aluno se apropriou deles. Quando a linguagem matemática é colocada precocemente antes da exploração da idéia, ela marginaliza a compreensão da mesma.

Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996

Conteúdos

Os conteúdos de matemática do livro didático devem estar corretos para que o aluno não estabeleça, de forma inadequada, significados errôneos para a sua própria vida. É altamente desejável que os conteúdos matemáticos sejam desenvolvidos a partir de situações-problema desafiadoras e que as atividades e os exercícios enfatizem o pensamento reflexivo e que sejam adequados a diferentes níveis de dificuldades dos alunos. É recomendável que os problemas, as atividades e os exercícios visem à compreensão e à consolidação de conceitos, revisem noções fundamentais, apliquem idéias aprendidas a novas situações e proporcionem o desenvolvimento independente por parte do aluno, de tópicos para pesquisa, projetos e experimentos, que enriqueçam suas experiências.

Aspectos metodológicos

O livro didático de matemática para as primeiras quatro séries deve ser tal que :

— esteja adequado à proposta pedagógica da escola e ao seu plano de ensino de matemática;

— contenha material que crie interesse e motive a aprendizagem do aluno;

— inclua material que torne possível atender às necessidades de diferentes níveis de habilidades;

— ofereça oportunidades para o próprio aluno fazer matemática, construindo e compreendendo conceitos, antes da apresentação de definições formais, regras e técnicas operatórias;

— dê oportunidades para que o aluno descubra idéias matemáticas através de pensamento reflexivo, solução criativa de problemas, experimentação, estimativas, análises e generalizações;

— o conteúdo e a terminologia sejam justificados de tal forma que o aluno compreenda e perceba como aquilo se relaciona com ele e com seu dia-a-dia.

— apresente conceitos de forma integrada explorando seus aspectos aritméticos, geométricos e métricos;

— proponha problemas e questões interessantes e variadas envolvendo vários conceitos e técnicas estudadas;

---apresente questões e problemas em aberto que estimulem o aluno a realizar atividades de exploração e descoberta. Por exemplo, se $(a+b) \cdot (c+d) = 36$, quais são os possíveis valores para a , b , c e d ?

— utilize-se de várias formas de linguagem tais como linguagem numérica, geométrica, tabelas e gráficos como formas de registro;

— use a linguagem usual, coloquial, mais próxima da vivência do aluno, nas narrativas e explicações, amenizando a árida linguagem matemática;

— inclua problemas desafiadores, enigmas, quebra-cabeças e jogos que estimulem a curiosidade e a criatividade do aluno;

— inclua problemas, situações e questões da atualidade que precisem ser analisados de modo interdisciplinar com as outras áreas do conhecimento, para a sua solução;

— inclua problemas, atividades e exercícios que desenvolvam no aluno a capacidade de estimar fazendo cálculos mentais. Por exemplo, $19+19$ é aproximadamente 40, pois como 19 está próximo de 20, então $19 + 19$ está próximo de 40 ($20 + 20$);

— inclua problemas e questões que tenham mais do que uma solução e outros que não tenham solução;

— inclua atividades que sugiram que os próprios alunos inventem seus problemas e os resolvam, estimulando sua criatividade;

— leve em conta a vivência e a experiência acumuladas do aluno em idéias matemáticas, experiência esta adquirida pela observação e manipulação de objetos. Por exemplo, em geometria experimental, no estudo do cubo e da esfera, é preciso levar em conta que a criança já brincou muito com o dadinho e com a bola e já tem experiência acumulada com essas figuras espaciais, para saber que uma não rola e a outra, sim. A partir dessa vivência é que devem vir as atividades do livro e do professor;

— garanta a participação ativa do aluno na construção do conhecimento matemático e não dê tudo pronto e acabado através de definições e exemplos para depois apresentar questões e problemas que exijam reflexão;

— não inclua excesso de operações rotineiras, sem significado para o aluno, e nem listas de problemas e questões estereotipadas que possam ser resolvidas mecanicamente;

— não inclua valores indesejáveis como a falta de ética e não induza a preconceitos e a discriminações.

Manual do professor

É fundamental que o livro didático contenha o Manual do Professor trazendo a proposta didático-pedagógica contida no livro, o seu plano de organização e desenvolvimento, os objetivos a serem alcançados, as orientações metodológicas a serem seguidas para desenvolver os conteúdos e os materiais pedagógicos possíveis de serem utilizados junto com o livro.

É importante que o Manual do Professor contenha sugestões bibliográficas (livros, revistas, jornais etc), bem como a indicação de outros materiais pedagógicos como: Material Dourado, Blocos Lógicos, Barrinhas Cuisenaire, Abacos, Vídeos, CD Rom, Calculadoras etc., para enriquecer o trabalho do professor no desenvolvimento dos temas do livro e da sua articulação com outros temas.

As respostas aos problemas, atividades e exercícios devem ser colocadas no Manual do Professor e, de preferência, com soluções alternativas, diferentes das costumeiramente dadas, para que o professor possa estimular seus alunos a buscarem criativamente novas e diferentes maneiras de resolver um mesmo problema ou questão.

Algumas orientações sobre o papel de uma avaliação diagnóstica e contínua devem constar no Manual do Professor para que este, ao detectar uma dificuldade do aluno, possa imediatamente saná-la com atividades e metodologias alternativas.

Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996

Características físicas

As características físicas do livro didático, como tamanho, diagramação, ilustrações e caracteres tipográficos devem ser atraentes e convidativas, mas sempre com o intuito de constituírem elementos facilitadores a mais para a leitura e a aprendizagem do aluno.

As ilustrações e cores não devem "poluir" o livro didático e, com isso, até dificultar a compreensão dos conceitos. Antes, elas devem ter relações estreitas com os objetivos e conteúdos trabalhados, contribuindo para um melhor entendimento do texto, motivando e estimulando a reflexão. Em suma, elas deverão ser partes essenciais do texto e não acessórios dispensáveis.

Selecionando o livro didático de matemática

É uma grande responsabilidade do professor selecionar o livro didático de matemática adequado aos seus alunos e à proposta pedagógica da escola. É preciso compartilhar essa responsabilidade com toda a equipe escolar e, principalmente, com outros profissionais experientes da área, analisando detalhadamente vários livros, página por página, até a última, e avaliando cuidadosamente em que medida ele satisfaz as características arroladas como desejáveis anteriormente e aos objetivos que a escola se propõe a alcançar.

Além disso, na seleção final, os vários critérios de escolha devem ser devidamente ponderados, pois, por exemplo, o livro mais atrativo pode ser totalmente impróprio se seu conteúdo contiver erros conceituais ou se sua abordagem pedagógica não for satisfatória,

não permitindo que o aluno pense, estime, faça conjecturas e hipóteses e teste-as, não permitindo que ele crie, invente problemas e questões, ou seja, não permitindo que ele seja o próprio agente na construção do seu conhecimento.

Os perigos do mau uso do livro didático: alguns abusos

Muitos professores, na falta de outros materiais instrucionais, tornam-se, voluntariamente ou não, escravos do livro didático. Suas preocupações constituem-se "dar" toda a matéria contida no livro em lugar de trabalhar as idéias essenciais daquela série. O foco é o livro de ponta a ponta e não a aprendizagem do aluno. Isso acarreta algumas conseqüências nocivas que têm sido observadas, tais como:

— o conteúdo do livro didático de matemática torna-se o currículo de matemática. Para esses professores, atualizar o currículo significa, simplesmente, adotar um livro publicado mais recentemente.

— os temas tratados no livro didático tornam-se os únicos trabalhados na sala de aula, com seqüência, desenvolvimento e profundidade predeterminadas pelo autor que, é óbvio, não tem familiaridade e informações sobre aqueles alunos específicos que estão usando o livro. Isso pode dificultar a aprendizagem do aluno e empobrecer as atividades de sala de aula.

— a tendência nos livros didáticos de matemática para enfatizar regras, procedimentos e algoritmos, ao usá-los unicamente e em sua totalidade, limita a possibilidade de descobertas por parte do aluno e, também, de desenvolvimento de pensamento independente, curiosidade intelectual e criatividade.

— ao memorizar a linguagem matemática do livro didático que tem tendência para trazer definições e propriedades formalizadas, não se fomentam as habilidades de comunicação ou de desenvolvimento da compreensão. Os alunos necessitam de experiências variadas para estabelecer generalizações com suas próprias palavras, mesmo que num primeiro momento elas pequem por falta de precisão.

— o uso exclusivo e constante do livro didático pode causar monotonia e conseqüente desinteresse do aluno. Para haver aprendizagem são necessárias experiências variadas, interessantes e significativas. É desencorajador ver o professor usando os mesmos exemplos e exercícios do livro todos os anos e para todos os alunos.

— concentrar a atividade docente apenas e exclusivamente no livro didático é diminuir as enormes possibilidades de interação entre os alunos e o professor, na busca do que é realmente significativo para aquele momento da aula. O livro é muito útil para apontar direções e caminhos, e não para fazer totalmente a caminhada que o aluno, e só ele, deve fazer.

— como todo material pedagógico, o livro didático constitui um recurso que facilita a aprendizagem, mas não se pode pretender que, por si só, ele garanta o desenvolvimento das competências dos alunos.

Como usar adequadamente o livro didático de matemática

Como já vimos, o livro didático de matemática, embora não deva ser o único, é um dos instrumentos auxiliares essenciais de aprendizagem na sala de aula. Em geral, ele traz pequenos textos

introduzindo um assunto, com ilustrações, tabelas e diagramas, seguidos de atividades, problemas e exercícios propostos, cujo objetivo é auxiliar a produção de significados para o aluno. É através da realização deste conjunto de tarefas que o aluno vai aprendendo não só conteúdos, mas também valores e atitudes.

O livro didático pode, entretanto, reunir ou não essas características e aquelas já mencionadas atrás como desejáveis para um razoável padrão de qualidade. Assim, a questão que se coloca é: como utilizar o livro didático nestas condições, de modo a suprir eventuais falhas que ele possa apresentar, quer em termos conceituais, quer em termos do enfoque metodológico adotado?

Após a análise criteriosa do livro didático a ser utilizado na sala de aula, é importante ressaltar para os alunos todos os seus pontos positivos e explorá-los em todas as suas possibilidades de abrangência e profundidade.

Os pontos negativos (erros conceituais, ênfase em assuntos irrelevantes, excesso de exercícios monótonos e repetitivos que visam apenas à mecanização, problemas-padrão que não exigem raciocínio e relacionamento de idéias, atividades que não têm sentido para o aluno etc) devem ser eliminados pelo professor, e explicadas e discutidas com os alunos as razões que o levaram a fazer isso. Em seu lugar, o professor deve dar um tratamento pessoal diferente a esses assuntos, lançando mão, para isso, de outros livros nos quais esses assuntos estejam melhor elaborados, de livros paradidáticos, de artigos de revistas especializadas e de outros materiais pedagógicos. Seria interessante que o autor e a editora do livro tivessem conhecimento desses fatos.

Esta prática de olhar o livro didático com olhos críticos e de apontar erros e inadequações, embora pareça antipática num primeiro momento, é altamente educativa não só para autores e editoras, mas, sobretudo, para os alunos, no sentido de derrubar o mito de que o livro didático é infalível. Isto estimula o desenvolvimento do senso crítico do aluno e o faz refletir e questionar, antes de aceitar passivamente as informações que recebe a todo instante na escola e fora dela.

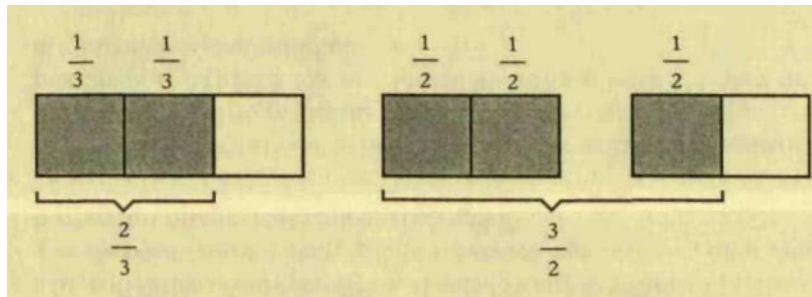
É importante observar que, mesmo que o livro didático esteja correto, aquilo que está lá não é tudo o que existe em relação àquele assunto. Outras leituras Complementares para ver e interpretar de modo diferente um mesmo assunto são altamente benéficas para a apropriação correta de conceitos e, portanto, para uma aprendizagem mais significativa do aluno.

Mesmo que o livro didático de matemática tenha qualidades suficientes que o credenciem para o trabalho de sala de aula, o professor é quem conhece e se relaciona diariamente com seus alunos. Dessa forma, o livro didático deve ser um meio e não o fim em si mesmo. Com base no conhecimento do aluno e no contexto social em que está inserida a escola, o professor modifica, complementa, insere novos problemas, atividades e exercícios àqueles do livro didático. E como se ele fosse reescrevendo o livro didático com seus alunos.

Esse "reescrever" poderá acrescentar muitas outras vantagens ao processo ensino-aprendizagem, tais como:

— o professor poderá apresentar o mesmo assunto do livro sob um novo ponto de vista, com enfoques diferentes e variados que permitam uma melhor compreensão sobre ele;

— a linguagem coloquial do professor pode amenizar, num primeiro momento, a terminologia e a linguagem especificamente matemática, na introdução de um determinado conceito. Por exemplo, no livro didático aparece a definição: "Fração própria é aquela em que o numerador é menor do que o denominador". Numa linguagem coloquial, o professor poderá analisar com os alunos o significado da palavra fração (parte, pedaço etc.) e mostrar, por exemplo, que $\frac{2}{3}$ (dois terços) de um todo são realmente uma parte deste todo; daí *ser próprio* chamá-la de fração, originando então o nome de fração própria. Já $\frac{3}{2}$ (três meios) não são apenas uma parte de um todo; então é *impróprio* chamá-la de fração, de pedaço; daí o nome de fração imprópria.



—dependendo do interesse da classe, o professor poderá abandonar a seqüência trazida pelo livro didático, em favor de um envolvimento mais flexível e dinâmico dos alunos. Por exemplo, em geral o capítulo sobre medidas sempre aparece no final do livro, porém ele pode e deve ser entremeado ao longo do mesmo, favorecendo a integração entre números e geometria, facilitando, assim, a apresentação de problemas que sejam mais da vivência do aluno;

— após o trabalho com um determinado conteúdo do livro didático, o professor pode estimular outros desenvolvimentos sobre esse conteúdo, de livre escolha do aluno, de acordo com sua criatividade e gosto. Por exemplo, após o trabalho com figuras geométricas planas, incentivar os alunos a inventar jogos, quebra-cabeças, painéis etc, com elas.

Concluindo, o ideal é que o livro didático seja mais para inspirar do que para ser rigidamente seguido. E, à medida que o aluno e o professor avançam com o livro, eles o completam, suplementam, reorganizam, recriam, enfim, escrevem o seu próprio livro. Nesse sentido, como matéria-prima para todos esses desenvolvimentos, o livro didático torna-se essencial.

MEMÓRIA DE MANUAIS DE HISTORIA

Raymundo B.Campos*

A história do livro didático no Brasil, como em tantos outros países, está por se fazer. Com relação aos manuais de história, o que existe é uma massa crítica incipiente, produzida algumas vezes por sociólogos e psicólogos, mas a pesquisa histórica propriamente dita tem sido rara. Talvez um dos primeiros passos neste último caminho seja reunir a memória recente dos usuários e autores desse tipo de livro. E isto o que se pretende fazer nesta matéria, numa escala minimalista. Trata-se de um pequeno depoimento sobre alguns manuais muito utilizados no Brasil na década de 60, tendo presente a produção e a utilização de livros didáticos de história nos dias de hoje.

Das fontes e do objeto

É claro que uma das fontes privilegiadas desse tipo de memória são alguns dos profissionais da área de estudos históricos, pessoas que foram iniciadas na disciplina e chegaram a uma idade politicamente adulta por volta de 1964. Tais pessoas podem reconstruir, parcialmente, um dos elementos importantes no estudo de qualquer livro, ou seja, a relação dos leitores com a obra, que, no nosso caso,

*Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor de 1º e 2º graus do Colégio Equipe de São Paulo.

são alguns dos manuais de história geral daquela época, utilizados em escolas de 2ª grau de bom nível e para alguns exames vestibulares.

Os manuais em questão, aparecidos no Brasil ainda nos anos 50, eram estrangeiros: o primeiro deles era a *História da civilização ocidental*, do norte-americano Edward Mc Nall Burns; os outros eram de cinco autores soviéticos, A. V. Michulin, E. A. Kosminsky, N. Efimov e a dupla Jvostov-Zubok, respectivos autores de volumes sobre Antigüidade, Idade Média, Tempos Modernos e Idade Contemporânea.

É claro que lembranças e reflexões que possamos alinhar sobre os livros citados, e outros mais recentes, vão estar permeadas por juízos de valor que possuem a ideologia como chão. Além disso, partimos também de algumas concepções sobre o livro didático em geral, que talvez seja bom ter presente.

Poucas mercadorias, na nossa injusta sociedade de consumo, têm sido submetidas a apreciações críticas tão freqüentes como o livro didático. Tais críticas, elaboradas principalmente nos meios acadêmicos e na imprensa escrita, em alguns casos, têm contribuído para a melhoria da produção e do consumo deste tipo de livro, praticamente o único a que maior parte da população brasileira tem acesso.

Entre os críticos podemos encontrar posições diversificadas. Alguns, por exemplo, vêem os manuais apenas como mais uma mercadoria da indústria cultural, negam a sua eficácia numa ação educativa mais aperfeiçoada, e pretendem um tipo de trabalho didático baseado numa pesquisa contínua em fontes primárias e a textos que seriam preparados pelos professores. Esta visão, por várias razões, entre

as quais avulta o seu caráter utópico, tem sido criticada e rejeitada, principalmente por educadores que trabalham nas salas de aula.

A crença mais difundida, entre os críticos e os que trabalham diretamente com alunos do 1º e 2º graus, é a de que o chamado livro educativo tem grande importância no trabalho nas salas de aula, mas a sua utilização tem pelo menos dois graves problemas: a necessidade de melhoria na qualidade do produto e o fato de que, freqüentemente, ele se torna quase que o único instrumento do trabalho didático.

A crença na importância do manual iniciatório é antiga, mas se acentuou na sociedade de massas do século XX com o aumento das necessidades de conhecimentos específicos e iniciatórios para a vida em geral.

Logo depois da Revolução de 1917, um grande crítico da cultura como Leão Trotsky tratou da importância dos manuais na vida moderna, numa de suas obras menos conhecida intitulada *Questões da vida cotidiana*, livro que era uma tentativa de pensar as mudanças culturais que estavam ocorrendo na sociedade soviética, visando à superação daquilo que o autor chamava de "barbárie russa", para a construção da modernidade no novo país.

Trotsky tratou da utilização do cinema, do rádio e da imprensa escrita como instrumentos de vulgarização da cultura e da educação, mas dedicou também muitas páginas à necessidade de obras didáticas escritas como instrumentos para superar o atraso russo. Segundo ele, à semelhança dos países capitalistas avançados, era necessário produzir manuais sobre assuntos os mais diversos, e, pensando como editor, ele mostrava como deveria ser organizada

a produção desses livros, destinados não apenas à educação escolar, mas também a uma auto-educação, principalmente de adultos.

Os manuais deveriam sintetizar e simplificar parcelas do conhecimento, além de abrir caminhos para estudos mais profundos. Transformados em produtos de primeira necessidade, em razão da complexidade crescente da vida moderna, era necessário produzi-los com melhor qualidade e menores custos. Esta produção deveria estar voltada para a educação e ter um sentido ideológico bastante amplo, o que significava distanciá-la de interesses partidários imediatos e identificá-la com a construção de uma humanidade nova.

*

A produção em massa e o caráter iniciatório do manual obrigavam os autores, mais do que nunca, a selecionar e simplificar os conhecimentos e, no caso do livro escolar, a ter como outras referências os programas de ensino e a relação professor-aluno na sala de aula. Dessa forma, o manual didático já aparecia muito distanciado do livro de literatura infanto-juvenil, onde predominavam os fatores estéticos e lúdicos, além de o leitor ser visto principalmente em termos individuais e não tanto como parte de um grupo que contaria com a orientação de um professor.

O manual escolar, na segunda metade do século XX, guarda algumas dessas características. Ele se propõe a função pragmática de iniciação numa disciplina científica e possui um conteúdo ideológico, que tende a ser amplo, no sentido de pensar criticamente a sociedade a partir de valores considerados universais.

Na produção dos manuais, os aspectos didáticos tendem a ser predominantes. Os autores têm como público-alvo os grupos-classe,

cujos indivíduos são variáveis em termos de rendimento na aprendizagem, e procuram criar um universo de linguagens-texto, imagens, atividades e exercícios, acessíveis à média dos participantes das classes e capazes de estimular a interação professor-alunos.

Mas indo além desse universo didático, o manual tem estreitas relações com outras demandas sociais, além de uma rede de compromissos ideológicos nem sempre muito explicitados, que aparecem mais claramente nos livros de história.

Os livros em questão

A elaboração dos livros didáticos de história, no Brasil e em outros países, tem apresentado progressos em vários aspectos, um dos quais é a capacidade de os autores e professores lidarem de forma mais consciente com os elementos ideológicos presentes em cada obra.

É claro que a ideologia está presente em qualquer tipo de texto, mas nos estudos de história ela tem um terreno de eleição, manifestando-se de variadas formas.

A ideologia pode aparecer sob a forma de manipulações brutais do conhecimento histórico, mas, muitas vezes, aparece com formas mais sutis. Em tempos recentes, ela se mostra de forma mais clara na vida social, constantemente decantada pelos avanços da sociedade democrática e pelo trabalho dos intelectuais. Nos dias de hoje, um dos objetos mais pesquisado por parte dos historiadores tem sido a ideologia, inclusive nas

suas formas mais astuciosas, e isto tem reflexos no ensino de história e na produção do livro educativo.

As manipulações ideológicas mais brutais do conhecimento histórico ocorreram principalmente na primeira metade do século XX, sob a forma de casos limites e patológicos. Foram realizadas pelo poder de Estado, por segmentos da sociedade e por partidos políticos, em países os mais diversos, tendo sido estudadas em alguns trabalhos acadêmicos como, por exemplo, os do historiador Marc Ferro.

No período entre as duas guerras mundiais, essas utilizações ideológicas da história se apresentaram de forma mais clara nas salas de aula, nos textos educativos e nos meios de comunicação dos estados totalitários, como a Alemanha nazista, a Itália fascista ou a Rússia de Stalin, sendo, com frequência, travestidas como parte da ciência da época. Hoje, com um certo distanciamento, dado não apenas pelo tempo, mas pelos avanços da democracia, da pesquisa e da reflexão, tais manipulações são relativamente fáceis de serem identificadas na sua defesa do nacionalismo exacerbado, da raça, do imperialismo, dos interesses partidários, do culto a personalidades, além da proposta pedagógica quase explícita de uma aprendizagem automática dos discursos do poder.

Mas, não é necessário prolongar mais o estudo desses casos patológicos de manipulação do conhecimento histórico, já que nosso objetivo é o conhecimento do livro didático de história nos dias atuais.

O livro didático atual tem mais a ver com um tipo de manual surgido no pós-Segunda Guerra quando, mesmo com a Guerra Fria, nos dois campos em confronto, a ideologia aparece de forma mais velada, com valores universais como os presentes na Carta

da ONU, nas idéias da ciência e da democracia liberal, de um lado, e da revolução socialista mundial, de outro.

É claro que sob o apregoar desses valores universalistas e democráticos muitas vezes estavam ocultos valores autoritários. Vale a pena lembrar que no Brasil da democracia populista, e de muito tempo depois, os estudos de história no 1^a e 2^a graus — e portanto a elaboração dos livros didáticos dessa disciplina —, continuaram a ter como orientação o Decreto-Lei nº 8.460/45 que, na sua linguagem vaga, falando da harmonia social, do respeito à família, às crenças e às autoridades, fazia sobreviver o ranço autoritário e conservador do Estado Novo.

No entanto, tratando-se dos livros didáticos de história dessa época do pós-Segunda Guerra, um primeiro caso a ser lembrado é o da coleção de autores soviéticos, que não obstante a clandestinidade dos comunistas e a censura velada, foi traduzida no Brasil no final dos anos 50 pelo Editorial Vitória ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

Os quatro manuais foram muito utilizados por militantes políticos de esquerda e, principalmente, por estudantes do 2^a que pretendiam ingressar em faculdades de ciências humanas.

O que atraía nesses manuais não eram tanto as interpretações da história, alinhadas até certo ponto com as novas orientações do P C soviético depois do XX Congresso, uma vez que, no Brasil do início dos anos 60, a linha partidária do PC já estava sendo objeto de amplas contestações, especialmente nos meios intelectuais e estudantis.

Os manuais soviéticos, não obstante a sua ortodoxia política, eram muito procurados porque eram baratos, escritos numa linguagem

clara e, principalmente, por oferecerem uma grande quantidade de fatos acompanhados de interpretações simplificadas que eram necessárias para uma iniciação aos estudos históricos e aos exames vestibulares. Este último viés utilitário explicava parte da sua popularidade, até mesmo entre leitores não-afinados politicamente com as obras.

Muito usados na União Soviética, país que era o maior produtor de livros e, principalmente, de manuais da época, haviam sido elaborados por intelectuais acadêmicos, fato freqüente na história do livro didático em vários países, inclusive no Brasil. Alguns dos autores tinham renome internacional, como era o caso do medievalista Kosminsky. Mesmo assim, nos quatro volumes, a disciplina científica cedia espaço à ideologia sem que o leitor fosse minimamente avisado. Para os leitores mais avisados tornava-se claro que os fatos eram interpretados de forma "escolástica" e previsível nos seus desfechos, bem de acordo com a linha partidária que, não obstante os novos ventos do kruschevismo, ainda se ressentia de ressaibos estalinistas.

Algumas das interpretações dos fatos são conhecidas e bastante criticadas hoje, pois faziam da história um jogo de cartas marcadas: as etapas obrigatórias do processo histórico — o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e finalmente o socialismo-comunismo; as mudanças materiais como as únicas parceiras da história; a onipresença da luta de classes; a tendência da classe trabalhadora no sentido da construção de uma sociedade igualitária; a perversidade inata das classes dominantes; a necessidade de um partido-guia da classe operária para movimentar as rodas do processo histórico e a inevitabilidade do triunfo do socialismo que já podia ser vista na história do Egito Antigo, onde, numa revolta, os trabalhadores não tomaram o poder por lhes faltar

um partido-guia. Estas idéias eram as chaves para dar respostas aos mais diversos problemas históricos, da pré-história aos nossos dias, e nisto residia a principal fraqueza das obras. Mas, principalmente para os jovens, isto só se tornaria claro algum tempo depois e, para muitos, tais interpretações constituíram uma iniciação importante para pensar os problemas das sociedades.

Além dessas poucas chaves que serviam para resolver os mais diversos problemas do conhecimento histórico, sucediam-se as citações, as vezes meio fora de propósito e como argumentos de autoridade, das lideranças do movimento socialista: Marx e Engels, Lenine e até mesmo de Stalin, já condenado como o deus que havia falhado.

Durante os anos 60, não obstante os problemas apontados, os manuais soviéticos continuaram a prestar vários bons serviços, até mesmo para os seus críticos, uma vez que o mercado editorial brasileiro era muito pobre em obras de referência. Um problema a ser pesquisado pelos historiadores é que a ditadura militar, mesmo depois de 1968, não proibiu a circulação desses livros.

Os livros do Editorial Vitória, no entanto, possuíam um concorrente, estabelecido no mercado brasileiro desde o início dos anos 50, que era a *História da Civilização Ocidental*, do conhecido Burns, um acadêmico norte-americano. Esta obra, depois publicada em dois grossos e bem cuidados volumes pela Editora Globo de Porto Alegre, custava bem mais caro que os quatro manuais soviéticos de edição extremamente simples e sem ilustrações. O livro de Burns foi também muito utilizado pelos vestibulandos de ciências humanas, principalmente pela sua riqueza de fatos, chegando a ser indicado no programa dos vestibulares da Universidade de São Paulo.

O professor Burns era um pensador típico do liberalismo progressista norte-americano, cheio de boas intenções, que acreditava na democracia liberal como uma espécie de consciência-limite da humanidade, estágio a ser atingido pelos diversos povos e capaz de resolver os mais graves problemas da humanidade.

Nele não se encontrava o messianismo filosófico partidário dos autores soviéticos, mas estava presente um certo ecletismo que comportava até posturas tidas como marxistas na interpretação de alguns problemas históricos. Naqueles anos de radicalização ideológica, a obra chegou a ser rotulada como esquerdista "à moda de Dewey", de um lado, e também como propagandista do "*american way*", por gente de esquerda. Mas o que nela predominava eram traços positivistas um tanto renovados, junto à tradicional crença na ciência e no progresso. Mas esta crença aparecia um tanto abalada quando o autor tratava dos horrores das guerras mundiais, da grande crise do capitalismo e dos conflitos sociais. Curioso que, para ele, como para os autores soviéticos, que haviam escrito antes da revolução cubana, a América Latina praticamente não existia.

A partir dos anos 50, e durante muitos anos, o Burns e os soviéticos surgiram como novidades no mercado brasileiro do livro didático, que vivia uma fase de estagnação. Essas obras possuíam um conteúdo bastante extenso, bases metodológicas mais visíveis, além de possibilitarem maior conhecimento da história econômica e social. No entanto, não foram adotadas pelas escolas de 2ª grau em geral, onde continuavam a predominar livros didáticos bem mais elementares assinados por nomes conhecidos: Hadock Lobo, Borges Hermida, Souto Maior e, o mais antigo de todos, Joaquim Silva. Neles predominava o velho pensamento positivista, que resultava no apego à enumeração dos fatos e em um distanciamento das interpretações.

Em alguns casos, os textos eram muito prejudicados por uma certa ingenuidade resultante do esforço de tornar didático o conhecimento histórico. Estes mesmos autores predominavam também nas bibliografias do antigo ginásio, tanto de História Geral como do Brasil.

Mas nos anos 60 o governo militar iria praticamente suprimir os estudos de história no 1º grau, substituindo-os no espaço curricular pelos Estudos Sociais, de inspiração norte-americana, por Organização Social e Política e Educação Moral e Cívica.

Ao que parece, os órgãos ligados à educação no governo militar, em seus vários níveis, não exerceram grande controle sobre a produção dos livros didáticos das três disciplinas que substituíam História e Geografia. Continuou a valer o espírito do Decreto-Lei nº 8.460/45, e autores e editores, mesmo aqueles que produziram manuais de boa qualidade, procuraram não ultrapassar os marcos que o regime impunha de forma difusa. A maioria dos livros das novas disciplinas, no entanto, era marcada pelo vazio da reflexão social e política que era imposto, ao lado de um ufanismo conservador e inócuo. Um certo progresso verificou-se no tocante às ilustrações dos livros, a partir da renovação do parque gráfico das editoras, mas, em muitos casos, essas ilustrações eram meros enfeites, muitas vezes com reduzidas relações com o texto — aquilo que Osman Lins chamou de "Disneylândia ilustrada".

Nos anos 70, o governo, como grande comprador de livros, ajudou decisivamente a expansão do mercado do livro didático e o crescimento e a renovação de novas e velhas editoras que trabalhavam no ramo. Também neste período começava a surgir, principalmente em nível de 2º grau, um novo grupo de autores, geralmente jovens professores

de escolas e cursinhos que, muitas vezes, haviam participado das lutas e da cultura política oposicionista pós-64.

Esses novos autores, muitas vezes publicados por novas editoras, elaboraram manuais de História Geral e do Brasil, em alguns casos tendo por base apostilas de cursinhos. Esses textos pouco tinham a ver com os citados e tradicionais autores brasileiros do livro didático. Em História Geral, boa parte dos novos autores fez severas críticas, mas utilizaram em alguns aspectos livros como o de Burns e os dos autores soviéticos, bem como um manual, transformado em *best seller* nos anos 60, que foi o *História da Riqueza do Homem*, do marxista norte-americano Leo Huberman. Este livro havia sido publicado pela primeira vez em 1936, num tempo de grandes ortodoxias, mas se apresentava razoavelmente isento das deformações ideológicas do período. Também de grande utilidade para os novos autores foi a coleção dirigida por Maurice Crouzet, uma reunião de autores acadêmicos franceses, eclética em termos ideológicos.

Em História do Brasil os novos autores realizaram um importante trabalho de vulgarização das obras clássicas de historiadores como Caio Prado Junior, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro, bem como dos autores reunidos por Sérgio Buarque de Holanda na *História Geral da Civilização Brasileira*.

A maioria das novas obras didáticas representou um certo avanço no tratamento das relações entre o estudo da história e as ideologias. Procurando desvendar o papel dos elementos ideológicos nas relações sociais, um tema freqüente nas discussões políticas e acadêmicas, os novos autores não puderam deixar de estar atentos aos traços ideológicos presentes em seus próprios escritos que, pelo

menos, deixavam de ser apresentados como ciência pura. Tal tendência parece se aprofundar neste fim de século, e como um dos

traços mais importantes do atual livro didático merece passar de matéria de memória a objeto de pesquisa.